

Tendências sobre o livro literário para as infâncias no Brasil: direitos culturais e humanos em foco

Trends in children's literature in Brazil: cultural and human rights in focus

Heloísa A. Matos LINS*

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO: O presente artigo apresenta concepções e resultados de uma investigação que buscou mapear as principais tendências sobre o livro literário para as infâncias no Brasil atual, revelando que, apesar de certo avanço de temas interseccionais, “sensíveis” ou fraturantes, tais tendências apontam também para um cenário temerário diante da literatura como um direito humano e cultural, principalmente no que diz respeito à garantia de acesso aos temas seculares pelas crianças (como parte do direito à educação e à informação). Isso se mostra quando consideramos as escolhas pedagógicas, políticas públicas mais amplas e a circulação material, por exemplo, a partir das lógicas do mercado editorial e de um tipo de cultura marcadamente adultista, fomentado por grupos fundamentalistas religiosos e/ou políticos, negacionistas, conservadores ou até mesmo reacionários. A produção e análise de dados foram articuladas às concepções teórico-metodológicas cartográficas e com referenciais epistemológicos sustentados nos estudos da infância, culturais e na educação literária.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias. Direitos culturais. Literatura Infantil. Direitos Humanos. Justiça ambiental.

ABSTRACT: This article presents the concepts and results of an investigation that sought to map the main trends in children's literature in contemporary Brazil. It reveals that, despite some progress in intersectional, "sensitive," or divisive themes, these trends also point to a precarious scenario regarding literature as a human and cultural right, particularly concerning children's access to secular themes (as part of the right to education and information). This is evident when considering pedagogical choices, broader public policies, and material circulation, for example, based on the logic of the publishing market and a markedly adult-oriented culture fostered by fundamentalist religious and/or political groups, denialists, conservatives, or even reactionaries. Data production and analysis were articulated with cartographic theoretical-methodological conceptions and epistemological frameworks grounded in childhood studies, cultural studies, and literary education.

KEYWORDS: Childhood. Cultural rights. Children's literature. Human rights. Environmental justice

* Professora Associada da Faculdade de Educação (FE) da UNICAMP. Livre Docente em Psicologia Educacional (FE/ UNICAMP). Líder do Grupo de Pesquisa INDDHU – Infâncias, Diferenças e Direitos Humanos, na mesma instituição. E-mail: hmlins@unicamp.br
Revista Moara, n. 70, 2025, e7015, 2025 ISSN: 0104-0944

Enviado em: 25/05/2025

Aceito em: 23/11/2025

1 Literatura como um direito humano e à existência do diverso

“Que lugar damos à leitura e à presença de livros na vida das crianças? É uma pergunta pela capacidade de pensamento de uma sociedade, pela sua habilidade para inventar e reverter o estado das coisas.”
(María Emilia López, 2013, p. 42)

A partir de um enfoque detido sobre a educação literária (López, 2013), circunscrito nos estudos culturais, bem como da perspectiva dos estudos da infância (Vergara, Llobet e Nascimento, 2021; Llobet e Villalta, 2019; Souza e Serafim, 2019), este artigo apresenta alguns dados relativos à pesquisa intitulada *Políticas contemporâneas do livro literário para as infâncias: uma cartografia em torno da Educação*, em andamento e por mim coordenada, que buscou cartografar - a partir do referencial teórico-metodológico deleuzo guattariano - algumas tendências em torno das políticas públicas, das obras em circulação e em disputa por publicação e das práticas literárias recentes (inicialmente no Brasil), voltadas à infância. O estudo destaca e analisa as principais linhas de força nesse território, em termos da pluralidade das experiências e culturas humanas das/nas/ sobre as obras (do “léxico democrático”, em outras palavras) e possíveis impactos nos cotidianos da educação da infância.

As principais justificativas do estudo se relacionaram ao fato de que, as obras literárias (e suas escolhas, também como parte de políticas públicas de Estado e educação), como formas artísticas, de expressão e sensibilidades, revelam também posicionamentos históricos e políticos de uma época (Certeau, 2000). Mais especificamente, no caso da literatura infantil (ou literatura para as infâncias, já que é feita por adultos/as), as obras (como parte do projeto de educação e sociedade) podem ainda revelar as representações sociais hegemônicas envolvidas, em alguma medida, além de indicar imaginários sobre as infâncias, seus direitos, concepções de sua educação (mesmo que de formas subliminares), dentre outros aspectos.

Neste sentido, atentar para as políticas públicas sobre o livro e a leitura, assim como suas materialidades - no seu impacto com a sociedade, as escolas e suas gentes, mediadores/as culturais com os/as escritores/as, editores/a e livreiros/as - revela um importante potencial para se compreender um momento social (a herança cultural que está em curso, se quisermos dizer assim) e a importância que uma cultura aponta sobre as infâncias e sua formação. Na referida investigação, houve um interesse específico sobre Revista Moara, n. 70, 2025, e7015, 2025 ISSN: 0104-0944

a literatura para a infância que não apenas incorporasse um vocabulário democrático, mas que favorecesse a compreensão da própria democracia, no sentido de igualdade política, como enfatiza Wendy Brown (2019), relacionada às possibilidades também de justiça ambiental. Em síntese, as concepções sobre literatura, leitura e democracia dizem aqui respeito à pluralidade das existências, à ampla garantia de seus direitos¹, bem como à garantia de cidadania e liberdade de conhecimento e circulação de ideias seculares, desde as infâncias, como forma de justiça epistêmica (Fricker, 2010) e social.

Assim, com relação aos principais aspectos teóricos que subsidiaram o estudo, destaca-se a contribuição já clássica de Antônio Cândido (1995), quando argumentava que a literatura é “fator indispensável de humanização” (p. 175). Neste sentido, podemos vincular esse processo diretamente à construção de subjetividades democráticas, quando nos referimos à dimensão formativa/ constitutiva de nossas capacidades humanas em torno da alteridade. O autor discorre também sobre os movimentos no pensamento, provocados pelas criações literárias, de modo que esses imaginários ressignificariam o conhecido “direito a ter direitos”:

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (Cândido, 1995, p. 175).

Cândido argumenta pelo valor da obra literária em termos da possibilidade de invenção de uma “vida nova” (Cândido, 1969, apud, Lehen, 2018). Neste sentido, Leila Lehen lança uma questão que contribui fortemente para a referida investigação: “[...] a literatura pode desempenhar um papel na definição (ou talvez na defesa) da democracia?” (Lehen, 2018, p. 14). A partir da compreensão afirmativa da relação entre a propagação de um discurso democrático (o dito “léxico democrático”), com o fortalecimento dos Direitos Humanos, fundamentalmente, bem como do próprio Estado de direito, (Diamond, 2004, apud Lehen, 2018), a pesquisa aqui em perspectiva questionava: como a literatura para a infância, com suas especificidades, vem sendo concebida, oferecida e sustentada em nossa sociedade? Que valores/ relações a sustentam, atualmente, como

¹ Neste sentido, consultar Penido (2017), Collins (2022), Culler (1999) e Trindade e Bernsts (2017), por exemplo.

projeto cultural de Estado e como prática/ escolha político-pedagógica cotidiana nas escolas, por exemplo? Que imaginários sobre as infâncias a sociedade brasileira, na contemporaneidade, acaba por revelar como tendência, nesse contexto? Como mediar a relação das crianças com a arte, a partir de uma perspectiva aberta e democrática, como também questiona a ativista cultural e pesquisadora argentina, María Emilia López (2013)? Nas palavras de López, “democrática porque nem todos os sentidos estão explícitos, nem todos os caminhos delineados, nem há respostas unívocas” (López, 2013, p. 33).

Nessa seara, Michèle Petit (2019, apud Lins, 2024), destaca a importância do fortalecimento da empatia pelas crianças, da (re) construção de si e das sociabilidades, do fortalecimento da cidadania, através da literatura e de boas práticas de mediação, enfatizando o papel dos/as agentes culturais nesses processos.

Em publicação mais recente, Petit (2024) argumenta que a experiência literária compõe em nós, desde bebês, uma paisagem imaginária para que nos busquemos e nos reconheçamos nela. Através dessa mediação simbólica, afetiva e cultural, acessamos o direito humano à beleza, ao deslumbramento estético como força instauradora e reparadora (também para resistir à morte; para transformar o horror em beleza; um antídoto ao feio). Petit (2024), em diálogo com a escritora Hélène Cixous - sobre sua infância, assim como narra outros casos semelhantes -, lembra que temos necessidade do belo/ sensível (não apenas do ponto de vista individual).

Buscando evidenciar como a literatura pode ser “um reino de possibilidades” (Martín Garzo, apud Petit, 2024, p. 16), recupera a história de Jean-Pierre Changeux, por exemplo, e reforça: “O viver junto, inclusive, se torna possível graças a esse componente estético” (Petit, 2024, p. 29). Nesse sentido da formação subjetiva (e coletiva), a literatura favoreceria a composição de um lugar/ sentimento de segurança, leveza, respiro e acolhimento, que nos amparam “para justificar a vida” (Cixous, apud Petit, 2024, p. 18). Talvez a literatura sirva, como aponta Petit, para “dar espaço [...] pois todos os seres humanos precisam de espaços imaginados, sonhados”, com um tempo desacelerado (Petit, 2024, p. 122). Neste sentido, a autora analisa que a literatura é uma necessidade antropológica, “[...] a de uma outra dimensão graças à qual a vida psíquica pode se

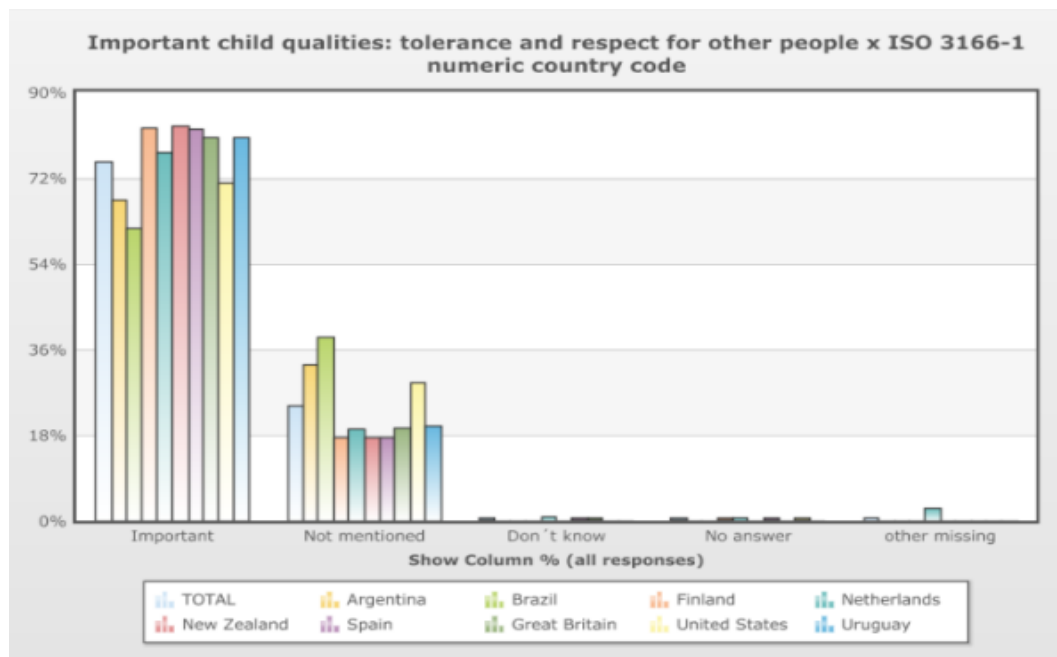
desenvolver, se dizer, se transformar, e o mundo interior adquire uma forma mais habitável” (Petit, 2024, p. 124).

A literatura é também uma possibilidade, portanto, para o exercício/cuidado de si e do (as) outro (as); de cidadania, portanto. Também porque a antropóloga francesa nos lembra que a literatura, como transmissão e direito culturais, nos possibilita aprender a experienciar as diferenças e, assim, a não as temer tanto. Tal exercício, através da literatura, baseado em experiências de/na alteridade, da compreensão do cuidado consigo e com os outros, é algo, mais do que nunca, urgente, também em sua análise.

2 Direitos culturais das crianças e formação pluralista em xeque no Brasil

Ratificando essa posição - sustentada pela referida autora através de vários casos/histórias de vida que retrata na obra, inclusive - alguns dados sobre a educação das crianças brasileiras e a formação de suas subjetividades são bastante alarmantes quanto ao exercício da alteridade, particularmente, considerando o cenário internacional. Em levantamento realizado a partir de dados disponibilizados pela *World Values Survey Data*, sobre o período de 2017 a 2022 (Figura 1, abaixo), por exemplo, observamos a posição destacada do país, negativamente (mesmo considerando apenas os países latino-americanos), em relação à projeção (inter) nacional sobre as qualidades que são importantes na educação/ formação das crianças, como a tolerância e o respeito por outras pessoas:

Figura 1 – Gráfico “Qualidades importantes da criança: tolerância e respeito por outra pessoa”



Fonte: gráfico produzido por autor, a partir do site <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>

Nas projeções da tabela a seguir, podemos observar os mesmos dados, ali representados numericamente, em que o Brasil apresenta a posição inferior. Tal cenário nos indica o agravamento - já a curto e médio prazo - da situação social mais ampla, considerando que temos sempre presente, historicamente, a predominância de uma formação punitivista, violenta e autoritária (Lins, 2024; 2022):

Figura 2- Tabela “Qualidades importantes da criança: tolerância e respeito por outra pessoa”

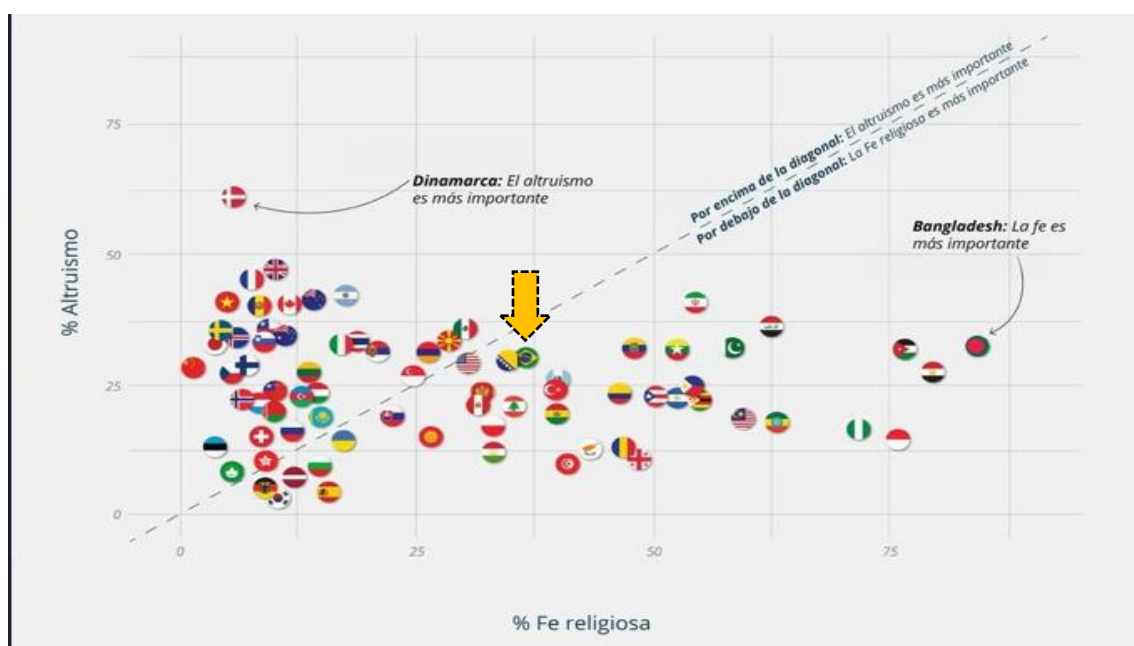
Important child qualities: tolerance and respect for other people										
	TOTAL	ISO 3166-1 numeric country code								
		Argentina	Brazil	Finland	Netherlands	New Zealand	Spain	Great Britain	United States	Uruguay
Important	75.3 (10,376)	67.3	61.4	82.4	77.4	82.7	82.3	80.4	70.8	80.3
Not mentioned	24.1 (3,321)	32.7	38.6	17.3	19.1	17.3	17.3	19.4	29.1	19.7
Don't know	0.2 (22)	-	-	-	0.7	-	0.3	0.2	0.0	-
No answer	0.1 (15)	-	-	0.2	0.4	-	0.1	-	0.1	-
Other missing; Multiple answers Mail (EVS)	0.4 (53)	-	-	-	2.5	-	-	-	-	-
(N)	(13,787)	(1,003)	(1,762)	(1,220)	(2,145)	(1,057)	(1,210)	(1,794)	(2,596)	(1,000)

Fonte: tabela produzida por autor, a partir do site <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>

Não menos revelador desse agravamento da falta de investimento cultural para a formação de valores altruístas na população brasileira, como um todo, é outro mapeamento cultural realizado por Inglehart et.al. (2023), *Inglehart–Welzel Cultural*

Map, do WWSA Founder Ronald Inglehart², em que se observa, no país (destacado na Figura 3, abaixo, por uma seta amarela), a predominância da ideia de que “a fé religiosa é mais importante” que o altruísmo, o que também ocorre em países abertamente teocráticos conservadores ali mapeados, caso do Irã por exemplo, ou regimes em ascensão autoritária, como o Líbano, Bósnia, Turquia ou Estados Unidos. Essa posição tende a revelar uma concepção voltada ao moralismo e/ou punitivismo diante “do/s diferente/s”, o que se desdobra na educação das crianças, obviamente.

Figura 3 – Gráfico do Mapa cultural: altruísmo x fé religiosa



Fonte: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>

A tendência aos valores seculares como posição moral, portanto, não se revela como hegemonia no Brasil, como ainda aponta o mapa cultural realizado pela pesquisa *WVS Cultural Map: 2023* (Figura 4, a seguir; seta amarela destaca o país). Pelo contrário, aqui predominam os valores tradicionais (de doutrina religiosa) e de sobrevivência (diferentemente de outros países da América Latina, como o Uruguai), no lugar também da “auto expressão” que revelaria o nível de autonomia individual, segundo o Instituto³.

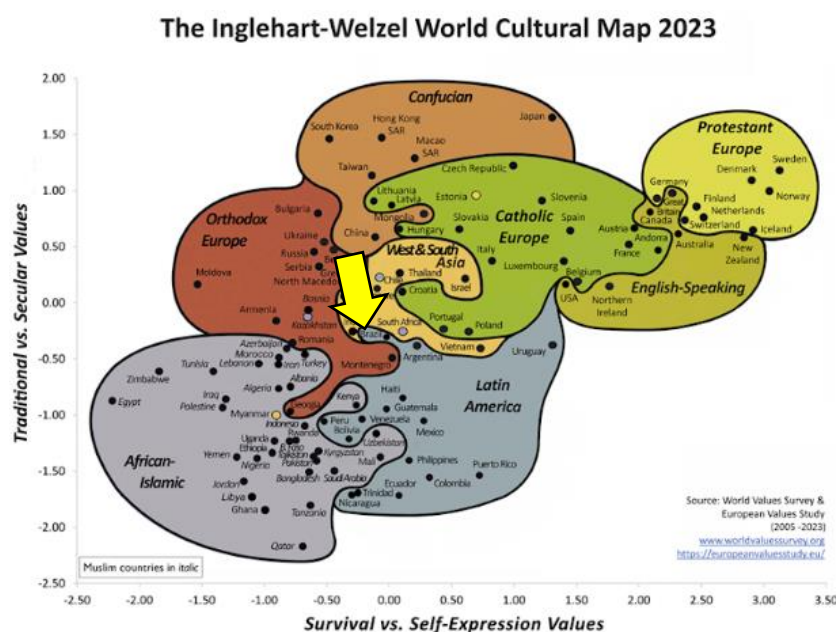
² Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSNewsShow.jsp?ID=467> . Acesso em 08/05/2025.

³ Como o estudo detalha, essa dimensão explora a tolerância, confiança, ênfase no bem-estar subjetivo, ativismo cívico e auto expressão “que emerge em sociedades pós-industriais com altos níveis de segurança existencial e autonomia individual”. A pesquisa assume, sobre o que considera o polo oposto: “pessoas em sociedades moldadas pela insegurança existencial e por rígidas restrições intelectuais e sociais à autonomia Revista Moara, n. 70, 2025, e7015, 2025 ISSN: 0104-0944

Esses valores de auto expressão refletem, segundo o estudo, um *ethos* emancipatório e humanístico, enfatizando a autonomia e a escolha humanas, ao invés de rígidas restrições intelectuais e sociais. Assim, em situações em que a sobrevivência é incerta, a diversidade cultural parece ameaçadora (o medo do “diferente”), como avaliam. Do mesmo modo, apontam que quando não há o suficiente para todos/as, os/as estrangeiros são percebidos/as como forasteiros/as perigosos/as que podem tirar o sustento de alguém.

Como a agência aponta sobre tal mapa, que vem sendo realizado há vários anos, observa-se que, apesar de diferenças sutis, os sistemas de crenças humanas se resumem a essas duas dimensões principais de variação intercultural:

Figura 4 - Gráfico do Mapa Cultural: valores seculares x tradicionais



Fonte: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSNewsShow.jsp?ID=467>

Esse cenário apontado, fruto da pesquisa aqui em discussão (e mais detalhada no próximo tópico), sugere fortemente a importância da garantia dos direitos culturais nesses países, em sua vertente pluralista e secular, em relação à formação religiosa tradicional,

humana tendem a enfatizar a segurança econômica e física acima de tudo; sentem-se ameaçadas por estrangeiros, diversidade étnica e mudanças culturais – o que leva à intolerância a gays e outros grupos externos, à insistência em papéis tradicionais de gênero e a uma perspectiva política autoritária.” (livre tradução). Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>. Acesso em 08/05/2025. Revista Moara, n. 70, 2025, e7015, 2025 ISSN: 0104-0944

ocasionalmente de pensamento/ moral único/a (e também suas culturas materiais bibliográficas/ livrescas) em que têm se baseado essas sociedades, principalmente num momento histórico em que as políticas de diversidade têm sido atacadas e combatidas como projetos de Estado⁴. Neste sentido, alguns países estão buscando garantir tais direitos culturais como parte fundamental dos direitos humanos, desde às infâncias, a exemplo da Espanha, através do desenvolvimento atual do *Plano de Direitos Culturais*, pelo Ministério da Cultura, em diálogo com a sociedade civil. No site do referido projeto, encontra-se a proposta: o “plano pretende garantir que o conjunto da cidadania possa acessar e disfrutar da cultura em condições de igualdade, promovendo a diversidade cultural e protegendo os direitos das e dos criadores e profissionais do setor” (livre tradução)⁵. Apresentam também 13 eixos que priorizam: adaptação regulatória, boas práticas e governança, cultura intergeracional, direitos digitais, desenvolvimento local e ação comunitária, desigualdade, capacitismo, diversidade étnico-racial, diversidade linguística, educação e cultura, avaliação de políticas culturais, igualdade de gênero, mediação cultural e sustentabilidade e Agenda 2030. Algo que poderia nos inspirar, socialmente...

3 Tendências sobre o livro literário para as infâncias no Brasil

Um dos indicadores da necessidade desse tipo de estudo foi relacionado ao fato de que, entre outros aspectos, com relação ao público infantil, são encontradas poucas referências de pesquisa em termos da alteridade ou, mais especificamente, da articulação entre direitos humanos, diferenças e produção literária para a infância (Pereira, 2014, apud Lins, 2019), o que se relaciona, em certa medida, aos considerados “temas difíceis” ou “fraturantes” apresentados (ou não) às crianças, a depender das condições sociais/ culturais mais amplas. Ainda que haja algum aumento de obras com tais temas em circulação, nos últimos anos, há importantes lacunas nas pesquisas sobre a constituição de “subjetividades democráticas”, desde a infância, onde se pretendeu avançar.

Um outro aspecto que deveria nos impulsionar a investigar a relação entre a literatura e a Educação em Direitos Humanos (em perspectiva crítica, como defende

⁴ A exemplo das proibições do atual presidente dos Estados Unidos sobre as chamadas “políticas DEI” (Diversidade, Equidade e Inclusão): <https://planderechosculturales.cultura.gob.es/presentacion.html> . Acesso em: 08/05/2025.

⁵ Disponível em: <https://planderechosculturales.cultura.gob.es/presentacion.html>. Acesso em 08/05/2025.
Revista Moara, n. 70, 2025, e7015, 2025 ISSN: 0104-0944

Carballido, 2015), nos processos de subjetivação individual e coletiva das crianças, refere-se ao fato de que a violência tem aumentado vertiginosamente em nossa sociedade e nas escolas, a partir do acirramento e irrestrita circulação dos discursos de ódio⁶, como apontou recente matéria veiculada pela revista Fapesp:

O Brasil enfrenta um novo cenário de violência em instituições de ensino, marcado por uma escalada nos casos de agressões na comunidade escolar, nos últimos 10 anos, e pelos ataques a instituições de ensino, que registraram um pico entre 2022 e 2023. A desvalorização da atividade docente no imaginário coletivo, a relativização de discursos de ódio e o despreparo de secretarias de educação para lidar com conflitos derivados de situações de racismo e misoginia são hipóteses que podem ajudar a explicar esse fenômeno complexo e multicausal, que provocou ao menos 47 vítimas fatais desde 2001. (Queiroz, 2025, n/p).

Diante desse contexto, a referida pesquisa intitulada *Políticas contemporâneas do livro literário para as infâncias: uma cartografia em torno da Educação*, como apontado de início, debruçou-se sobre cinco objetivos centrais: 1) observar e analisar como se tem manifestado a discursividade democrática na produção/ circulação literária contemporânea para as crianças; 2) observar e analisar a discursividade dos editais mais recentes do PNLD (no período de 2021 a 2023, marcadamente atingido pelos discursos de ódio e afeitos à censura de temas pluralistas e inclusivos, como apontado em Lins 2022, 2024), e os principais sentidos/ critérios de escolha das obras literárias infantis, em nível federal e municipal (envolvendo uma cidade do interior paulista), 3) observar e analisar critérios de escolha de algumas obras (tanto através da aprovação pelo PNLD como pelas escolhas de alguns Centros de Educação Infantil de uma rede municipal pública do interior paulista, 4) observar e analisar algumas matérias jornalísticas relacionadas à questão aqui tratada, bem como algumas postagens/ publicações de membros do governo em redes sociais e 5) destacar e refletir sobre alguns dos valores/ sentidos que passam a sustentar a literatura para a infância em nossa sociedade (em termos democráticos), como projeto de Estado, como prática cultural cotidiana nas escolas e possíveis impactos na formação de subjetividades e cidadanias infantis, na relação com as políticas culturais públicas mais amplas e afins.

⁶ Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/disseminacao-de-discursos-de-odio-agrava-violencia-escolar/>. Acesso em 15/04/2025.

Através desse mapeamento, portanto, o estudo buscou colocar em perspectiva alguns dos (possíveis) modos atuais de construção do imaginário infantil, de representação sobre as infâncias pela sociedade, da educação literária e dos direitos das crianças, principalmente no que se refere à informação sobre os temas afeitos à diversidade e à pluralidade, ou seja, afeitos à Educação em Direitos Humanos, à discursividade democrática, também por meio da literatura. O estudo procurou também contribuir para a compreensão da relação entre os critérios utilizados para a escolha das obras literárias para a infância e a formação/ prática de professores (as) para uma Educação em Direitos Humanos e possíveis impactos nas subjetividades/ cidadanias infantis, na relação com as políticas culturais públicas mais amplas e afins.

Movimentos investigativos na direção do problema apontado

Participaram do levantamento de dados, envolvendo alguns dos objetivos anteriormente apontados, entre os anos de 2023 a 2024, nove bolsistas, estudantes de cursos de Graduação, na área de Educação e/ou Ciências Humanas, com o financiamento de uma Universidade pública paulista. Também se vinculou a esse projeto mais amplo uma estudante de Iniciação Científica (Melo, 2024), com pesquisa financiada pelo CNPq, cujos objetivos estavam voltados ao referido mapeamento dos editais do PNLD (2022-2023). Tal estudo estava vinculado aos primeiros objetivos acima apontados, considerando um conjunto de dados preliminares, levantados e analisados por outras duas estudantes de Graduação que também participaram do projeto, no ano anterior, através da realização de uma pesquisa de Iniciação Científica (Pereira e Barbosa, 2022). Tal investigação preliminar apresentou as principais tendências encontradas, quanto aos critérios de escolha de obras de literatura infantil, através do PNLD, por alguns Centros de Educação Infantil da rede pública de um município paulista. De modo geral, a pesquisa de Pereira e Barbosa (2022) aponta, como tendência geral que, embora seja considerada (pelas/os educadoras/es) a importância da literatura na formação subjetiva pluralista/ democrática das crianças, os temas “raça” e gênero são indicados como os mais difíceis no desenvolvimento das práticas pedagógicas, também no que se refere à relação da escola com as famílias, assim como a falta de obras de qualidade que abordem temas relacionados à diversidade e a necessária formação de professores/as para essa posição contra hegemônica.

O mapeamento realizado por Pereira e Barbosa (2022) apresentou também um levantamento bibliográfico a respeito das temáticas, destacando que:

as buscas realizadas nas plataformas de periódicos Scielo, Capes, Bdt e as buscas feitas em sites de notícia nos revelam que *questões consideradas polêmicas são pouco inseridas no território literário* e ainda, parte da sociedade brasileira, com raízes conservadoras e patriarcais, interfere no cumprimento da Constituição Federal de 1988 que expressa de forma clara que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (artigo 5º, IX). Logo, *o ataque à cultura tem impacto nos interesses dos pesquisadores em realizar investigações no campo educacional e também na aprendizagem através da literatura infantil* (Pereira e Barbosa, 2022, p.16).

Do mesmo modo, as autoras reiteram que encontraram e selecionaram 30 resumos dos periódicos selecionados, de onde foi possível concluir que apenas 2 produções acadêmicas se aproximam das categorias de análise. Foi também possível notar a interferência de autoridades políticas com ideologias conservadoras, com impacto também na educação, visto que vários livros infantis foram retirados do programa escolar, cujos temas não eram tolerados por agentes de Estado do Governo. Analisam ainda que há “proteção” excessiva dos pais, quanto ao aprendizado das crianças (de fato, são formas de violência simbólica e política denominadas adultocentrismo, na direção dos argumentos de Morales e Magistris, 2018, e/ou do adultismo, como Marta Muñoz também analisa⁷), o que acaba por reforçar a interferência na autonomia das escolas e na liberdade das mesmas de mostrarem a pluralidade de perspectivas às crianças sobre o mundo. Em síntese, as autoras defendem que os dados apontam para “a necessidade da luta em defesa de uma educação sem censura, capaz de contribuir para a construção de um leitor/ cidadão crítico através de experiências artísticas e literárias” (Pereira e Barbosa, 2022, p. 17), considerando a tendência de poucas pesquisas nessa área e a necessidade de investimento em pesquisas com essa temática.

4 A literatura infantil e o espírito deste tempo

A partir dos questionamentos feitos por Maria Emilia López (2013), na epígrafe deste trabalho, este artigo procurou trazer elementos-chave sobre uma pesquisa em curso na área da educação literária e dos estudos da infância, principalmente, em termos do que

⁷ Disponível em: <https://elpais.com/mamas-papas/expertos/2025-01-31/marta-martinez-munoz-sociologa-la-infancia-no-puede-seguir-siendo-concebida-como-un-lapso-de-preparacion-para-la-vida.html>. Acesso em 25/04/2025.

nos provoca para pensarmos, como sociedade, a respeito do estatuto que temos dado à leitura e à presença de livros e temáticas seculares e pluralistas/ interseccionais na vida das crianças (Collins, 2022; Lins, 2019). Neste mesmo sentido, somos levados a refletir sobre a nossa capacidade de pensamento coletivo, da edificação dos nossos imaginários e até utopias (o que podemos criar e ainda reverter), diante do que nos toca como injusto, inadiável, inapropriado ou até mesmo aparentemente incontornável, como construção de futuros cada vez mais urgentes, já na atualidade. Certamente, essas escolhas passam pelo oferecimento da literatura infantil como uma possibilidade formativa e até restaurativa de nossas existências/ permanências neste planeta, sob outras bases mais solidárias e não extrativistas, ou seja, passam pela literatura como um direito cultural e humano, destacadamente a partir das infâncias.

Aqui foram apontadas algumas tendências, em torno de políticas públicas, de certas características de obras em circulação - e em disputa por publicação - e das práticas literárias recentes no Brasil, voltadas à infância, traçando as principais linhas de força nesse território. Nesses cenários, houve destaque à pluralidade das experiências e culturas humanas, através de obras seculares e pluralistas, e possíveis impactos nos cotidianos da educação da infância (não apenas nas escolas).

Esse estudo buscou apontar, como destacado de início, que as escolhas das obras literárias - também como parte de políticas públicas de Estado e educação, como formas artísticas, de expressão/ sensibilidades, sua oferta e circulação (assim como seus limites) - revelam o espírito de um tempo, agora marcado por fortalecidos conservadorismos, fundamentalismos e reacionarismos (as novas faces do fascismo, na análise de Traverso, 2023), pela destruição ou “arrebato secular”, pela falta de compromisso comunitário, ambiental e político, lamentavelmente em ascensão, como projetos de nação e poder hegemônicos, como apontam também Naomi Klein e Astra Taylor (2025).

A literatura para as infâncias, como sabemos e aqui se pretendeu enfatizar, ainda é um poderoso antídoto para tais avanços letais à democracia e à vida do/no planeta (que dela depende), necessitando de investigações que evidenciem as relações e forças em jogo, em suas complexidades, cada vez com mais urgência e rigor científico. As tendências sobre o livro literário para as infâncias no Brasil, hoje, apesar de certo avanço de temas interseccionais, “sensíveis” ou fraturantes nas obras (Lins, 2019, Collins, 2000,

2022, por exemplo), também revelam - como a pesquisa em andamento foi revelando até aqui - um curso temerário quanto à garantia dos direitos humanos e não humanos como parte do direito cultural das crianças, quando consideramos as escolhas pedagógicas, políticas públicas mais amplas e a circulação material, a partir das lógicas do mercado editorial. Da mesma maneira, tais tendências estão sob um certo tipo de imaginário social fomentado por grupos religiosos e/ou políticos contra a pluralidade de pensamentos (destacadamente laicos), das variadas existências e seus direitos, contra uma condição democrática inegociável e a invenção de novas estéticas, de outros mundos possíveis, mais belos, solidários e sensíveis.

REFERÊNCIAS

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman S. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CARBALLIDO, M. E. G. Repensando los derechos humanos desde las luchas. **Revista Culturas Jurídicas**, vol.1, n.2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45339>. Acesso em: 21 nov. 2025.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. V.l. 1: Artes de fazer. 5.ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000. (Col. Perspectives on Gender)

COLLINS, P. H. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/download/84497/45732> . Acesso em 20 nov. 2025.

CULLER, J. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

FRICKER, M. Replies to Alcoff, Goldberg, and Hookway on Epistemic Injustice. **Episteme**, v. 7, n. 2, p. 164-178 2010. pp. 164. DOI: <https://doi.org/10.3366/epi.2010.0006>. Acesso em 23 nov. 2025.

INGLEHART, R., C. et al. (eds.). **The Inglehart-Welzel World Cultural Map - World Values Survey 7** (2023). Source: Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/> . Acesso em: 22 nov. 2025.

KLEIN, N.; TAYLOR, A. O fascismo do fim dos tempos – e o refúgio dos bilionários, **Jornal Outras Palavras**. 09/05/2025. Disponível em: Revista Moara, n. 70, 2025, e7015, 2025 ISSN: 0104-0944

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-fascismo-do-fim-dos-tempos-e-o-refugio-dos-bilionarios/> . Acesso em: 20 nov. 2025.

LEHNEN, L. O direito à poesia. In: DALCASTAGNÈ, R.; DUTRA, P.Q.; FREDERICO, G. (orgs). **Literatura e Direitos Humanos**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

LINS, H.A.M. Censura literária infanto-juvenil e lawfare em “tempos democráticos”. **EccoS - Revista Científica**, [S. l.], n. 69, p. e26391, 2024. DOI: 10.5585/eccos.n69.26391. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/26391>. Acesso em: 23 nov. 2025.

LINS, H. A. de M. Direitos humanos e participação política das crianças: alguns destaques ao papel dos livros e mídias para a infância. **Manuscrita: Revista De Crítica Genética**, 37, 168-182. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.i37p168-182> . Acesso em 23 de nov. 2025.

LINS, H.A.M. **Pedagogias da morte e da guerra como legado das direitas radicais às crianças e adolescentes**: discursos, estéticas e políticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: <https://pedroejoaeditores.com.br/produto/pedagogias-da-morte-e-da-guerra-como-legado-das-direitas-radicaais-as-criancas-e-adolescentes-discursos-esteticas-e-politicas/>. Acesso em 23 nov. 2025.

LLOBET, V.; VILLALTA, C. **Desde la desjudicialización a la refundación de los derechos**. Transformaciones en las disputas por los derechos de niños, 2005-2015. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo. 2019. 558 p.

MELO, G. L. “Administração simbólica da infância” através da censura na literatura para as infâncias acerca da diversidade. Pesquisa de Iniciação Científica. CNPq – UNICAMP. **XXXII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP**, 2024. Disponível em: <https://prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2024P23632A40094O2818.pdf> . Acesso em 23 nov. 2025.

MORALES, S.; MAGISTRIS, G. (Comp.). **Niñez en movimiento, del adultocentrismo a la emancipación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ed. Ternura Revelde, Chirimbote, Editora el Colectivo, 2018.

PENIDO, L.H.C. Literatura, ensino e democracia apontamentos sobre a crise. **Em Tese**. v. 23 n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/emt/article/view/31671> . Acesso em 21 nov. 2025.

PEREIRA, C.M.S; BARBOSA, S.D.X. **Mapeamento em torno da Educação em Direitos Humanos através da literatura infantil**: algumas políticas atuais em questão. Relatório final. Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS). UNICAMP. 2022.

PETIT, M. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. São Paulo: Editora 34, 2019.

PETIT, M. **Somos animais poéticos**: a arte, os livros e a beleza em tempos de crise. São Paulo: Editora 34, 2024.

QUEIROZ, C. Violência escolar aumenta nos últimos 10 anos no Brasil. Revista Fapesp. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/violencia-escolar-aumenta-nos-ultimos-10-anos-no-brasil/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=ed350&utm_id=abr25 . Acesso em 15 abril 2025.

SOUZA, I. F.; SERAFIM, R. N. V. Os direitos humanos da criança: análise das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. **Revista De Direitos e Garantias Fundamentais**, 2019, 20(1), 191–218. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v20i1.1134> . Acesso em: 21 nov. 2025.

TRAVERSO, E. **As novas faces do fascismo**: populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2023.

TRINDADE, A. K.; BERNST, L. G. O estudo do "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. **Anamorphosis - Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225–257, 2017. DOI: 10.21119/anamps.31.225-257. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/326>. Acesso em: 22 nov. 2025.

VERGARA DEL SOLAR, A.; LLOBET, V.; NASCIMENTO, M. L. (edit.). **South American Childhoods**. Neoliberalisation and Children's Rights since the 1990s. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.